



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO**

Ata de reunião Nº 09

1. Informações gerais

Data: 29/08/2025

Horário: 9:00 às 11:30

Local: Sala 311 – Setor Azul – Fórum Clóvis Beviláqua

Pauta: Planejamento de Ações do Comitê

Ata elaborada por: Rosane Colaço Moraes - Estagiária Pós-Graduação e Valesca Rodrigues Cavalcante, Secretária CGEG.

2. Participantes

Nome	Cargo/Unidade
Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	Desembargadora Coordenadora
Ana Kayrena da Silva Freitas	Juíza Corregedora Auxiliar
Giselli Lima de Sousa Tavares	Juíza de Direito
Kássia Lanelly Lima Alves	Técnica Judiciária, Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior – NUPACI (Coordenadoria 1 - Crateús)
Débora Pinho Arruda	Psicóloga, servidora da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas
Lívia Jaborandy Rodrigues Maia	Psicóloga, Servidora SGP
Daniela Dantas Barbosa	Servidora, SGI
Carla Dandara Pinheiro Alexandrino	Servidora, Gabinete da Desa. Nailde
Jucélia Bento de Castro	Servidora, ESMEC
Valesca Rodrigues Cavalcante	Terceirizada, Secretária do Comitê
Rosane Colaço Moraes	Estagiária Pós, CAS / SGP

3. Principais assuntos abordados/Deliberações

- Aprovação das Atas dos meses de junho e julho, com a informação da Desa. Ângela de que todos os compromissos gerados foram cumpridos.
- Desa. Ângela tratará com a Presidência acerca das informações sobre a ida das representantes autoras dos trabalhos aprovados no ENAJUS 2025, nos dias 25 a 28 de novembro em João Pessoa, tendo em vista a limitação das vagas, sendo 1 (uma) vaga por trabalho elaborado no Inovare, ou seja, permitido ir no máximo 4 (quatro) servidoras do Comitê;
- Desa. Ângela indaga às membras do Comitê acerca das impressões sobre o lançamento do Projeto “Equidade é compromisso conjunto: refletindo sobre masculinidades no Poder Judiciário Cearense”, ocorrido durante a palestra intitulada Pai, substantivo masculino. A maioria das membras considerou a palestra satisfatória, destacando aspectos positivos, especialmente a atuação do psicólogo Xavier, que iniciou sua fala sentado junto ao público, promovendo maior interação com a plateia. Algumas membras apresentaram sugestões de melhoria relacionadas à organização do horário e à definição dos papéis de cada membra do Comitê, bem como do servidor Marcelo. A Desembargadora Ângela sugeriu que o Comitê realize um planejamento mais detalhado para as próximas palestras, propondo, inclusive, a criação de um checklist com os itens a serem observados.
- Débora sugere o aperfeiçoamento da comunicação com a ASCOM, por meio de um fluxo mais simples para a aprovação dos materiais e textos elaborados para os eventos do Comitê. Propôs que tais aprovações não demandem a anuência de todo o grupo, mas apenas de algumas membras designadas. Nesse sentido, sugeriu ainda a criação de subcomissões para cada Eixo, cujos integrantes ficariam responsáveis por alinhar as respectivas demandas, sob a supervisão e com a aprovação final da Dra. Ana Cristina. Diante do exposto, ficou definido que as servidoras Débora, Jucélia e Valesca integram esse fluxo de trabalho.
- Desa. Ângela informa sobre a possibilidade de uma estagiária de pós-graduação, da área administrativa, lotada na Comissão de Apoio aos Comitês, com a finalidade de atender às demandas do Comitê, embora lotada na referida Comissão. Comunica que haverá uma reunião na próxima semana com o Dr. Marcelo para tratar da contratação da estagiária, a fim de alinhar que toda e qualquer demanda do Comitê possa ser tratada diretamente com ela. Sugere, ainda, que as psicólogas integrantes do Comitê realizem a entrevista com as candidatas à vaga, com o objetivo de avaliar a afinidade das mesmas com os temas sensíveis abordados no Comitê.
- As magistradas responsáveis pelo Protocolo com Perspectiva de Gênero estão conduzindo as tratativas para a definição e modificação do fluxo pertinente ao protocolo, onde se reuniram e já estão em curso quanto a modificação no referido fluxo. Desa. Ângela mencionou a criação do e-mail específico equidadedegenero.protocolo@tjce.jus.br destinado à atualização do repositório do CNJ relativo às decisões e sentenças que aplicam o Protocolo de Gênero. Tal e-mail

será utilizado para o encaminhamento dos decisórios proferidos no âmbito do Tribunal de Justiça, visando viabilizar a alimentação contínua do Banco de Sentenças e Decisões. Informou ainda que essa medida já foi comunicada à Presidência, que expediu ofício circular para os desembargadores e magistrados do Poder Judiciário acerca da mudança no canal de comunicação. Des. Ângela sugere à Dra. Ana Kayrena a elaboração de um ofício circular ou recomendação similar à expedida pela Presidência, referente à alteração dos fluxos, para reforçar a comunicação. Dra. Déborah verificará as pendências existentes no Banco de Dados do CNJ, a fim de possibilitar a inclusão das informações de todas as unidades que possam ser contempladas. Já foi solicitado ao CNJ a inclusão de duas unidades indicadas pela Dra. Déborah, pertencentes ao Núcleo Regional de Custódia e Garantias.

- Des. Ângela ressalta que, com a implementação do novo fluxo, o Comitê deverá ganhar maior efetividade em suas ações, solicitando, nesse sentido, o reforço do apoio da ASCOM para o acompanhamento e a ampla divulgação das iniciativas desenvolvidas. Em complementação, Débora comunica que já foi sinalizada à ASCOM a necessidade de alteração no fluxo de comunicação, incluindo a criação de um e-mail institucional pelo Comitê, ressaltando que o grupo já iniciou o processo de sinalizar essa demanda, considerando a importância de reforçar a campanha de divulgação das ações do Comitê. Acrescenta, ainda, que existe, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma Comissão Nacional de Acompanhamento do Protocolo e da Política de Equidade de Gênero, cuja participação está sujeita a critérios específicos. Nesse sentido, sugere que seja encaminhado ofício ao CNJ manifestando o interesse do Comitê em integrar referida Comissão, nos termos em que for oportuno e conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho. A proposta visa tornar o Comitê disponível para eventual participação, de modo a contribuir com os trabalhos desenvolvidos.
- Dra. Giselli relata que, ao realizar uma pesquisa no Banco de Dados, identificou limitações quanto ao upload de decisões em processos sigilosos. Após contato com a Dra. Déborah, foi informada de que a inserção de processos sigilosos é permitida, mas o upload das decisões permanece vedado. Assim, está sendo alinhado com a Dra. Déborah se o procedimento ideal consiste no envio do PDF via e-mail ou apenas do número do processo. O objetivo é esclarecer o fluxo e orientar os magistrados sobre como proceder em ambos os casos, assegurando que, nos processos sigilosos, o conteúdo das decisões não será disponibilizado. Dra. Kayrena sugere que sejam prestadas orientações mais claras aos magistrados quanto ao que deve ser enviado, se todos os casos, ou apenas uma amostragem, com o intuito de fomentar um Banco de Dados que corresponda com fidelidade com o que está sendo feito. Dra. Déborah é a única com acesso à senha de inserção no Banco, fornecida pelo CNJ, sendo a responsável direta pelas publicações. As magistradas do Comitê auxiliarão encaminhando os documentos ao e-mail institucional do Comitê, que, por sua vez, os repassará à Dra. Déborah. A Dra. Giselli manterá contato com a Dra. Ana Kayrena para prestar informações à Corregedoria sobre o fluxo adotado. A Des. Ângela sugere que a Dra. Ana Kayrena e a Dra. Giselli alinhem diretamente com a Dra. Déborah, a fim de organizar o fluxo de forma mais eficiente, considerando a sensibilidade do acesso à senha do sistema. Ficou definido que, na ausência da Dra.

Déborah, a Dra. Giselli atuará como membra suplente. Por fim, recomenda a criação de um canal único de comunicação com os magistrados, via e-mail institucional do Comitê, evitando duplicidade. Propôs, ainda, que o Comitê elabore um relatório quinzenal ou mensal com as comunicações recebidas, a ser encaminhado à Corregedoria, garantindo maior controle e organização no processo de envio das decisões.

- Realizada a leitura do checklist dos próximos eventos por Débora. Quanto à palestra no Crato, o contato com a Esmec está resolvido, sem pendências. Com relação a coordenação das tratativas com a Esmec, Desa. Ângela sugere ser iniciada pela Desa. Joriza, com suporte da Jucélia para reservas e demais providências. Foi enviado ofício à presidência solicitando apoio do cerimonial. A transmissão pelo canal do YouTube foi autorizado pelo presidente, necessitando agora a operacionalização em conjunto com o cerimonial. A definição do mediador para o evento está em andamento; para o Crato, sugere-se a presença da Dra. Ana Cristina e, para Fortaleza, Marcelo, Coordenador da Coordenadoria de Cultura e Engajamento (SGP). A composição da mesa contará com a participação do Dr. Leonardo, juiz coordenador do polo de aprendizagem da Esmec no Crato na mesa de abertura, a professora palestrante Joana Maria Pedro, além das membras do Comitê, Dra. Ana Cristina, Kassia, Débora, bem como o Marcelo. A divulgação está organizada, incluindo a elaboração dos cards e imagem para o telão. Ainda está pendente a confecção do certificado de homenagem e a definição de presentes para a palestrante, responsabilidade atribuída à Desa Ângela, que, junto com a Dra. Ana Cristina, irá providenciar um presente para a professora Joana, que será presenteada em Fortaleza. O contato com magistrados e diretores do Cariri permanece em andamento, com tratativas sobre apresentação cultural ainda a definir. Dandara sugere o envio de ofício à diretoria do fórum no Crato solicitando apoio e lista de magistrados para envio dos convites. Desa. Ângela sugere que o cerimonial elabore o roteiro do evento, Valesca entrará em contato solicitando a elaboração. A palestra do Crato contará com transmissão via YouTube para membros do Comitê que participarão remotamente, com possibilidade de uso do Teams para interação local. Valesca abrirá um chamado junto à CATI para apoio técnico em ambos os eventos. Daniela providenciará a solicitação de um marcador de livro institucional para distribuição em todas as palestras/eventos. Daniela informa que está em análise a aquisição de boxes de livros, conforme processo no SEI.
- Quanto à palestra em Fortaleza, será realizada em momento oportuno, sob organização da Valesca e Marcelo, em alinhamento com o Eixo Masculinidade.
- Os eventos previstos para o mês de setembro são considerados organizados.
- Sobre o evento do mês de outubro: Débora mencionou a proposta de organizar uma trilha de aprendizagem mensal, com foco nas redes sociais, considerando a participação da Dra. Vanessa Cavalieri, juíza da Vara da Infância e Juventude da Capital do Rio de Janeiro, professora de Direito da Criança e do Adolescente da EMERJ e na ENFAM, e coordenadora do CEJUSC de Justiça Restaurativa do TJRJ, que, por questões estratégicas, considerando que, sendo juíza, sua participação seria relevante para atrair o público formado por profissionais do Direito. Desa. Ângela

entrou em contato com a referida magistrada, para uma possível participação no evento de outubro, que, no entanto, informou que não poderá atender ao convite.

- Projeto “Ciência e Maternidade no Judiciário: Incentivo à Produção Acadêmica Feminina” Débora informou sobre a realização de reunião no dia 22 de agosto com o Grupo de Trabalho do projeto, composta por membras do Comitê, juntamente com os servidores Welkey, servidor do LABLUZ e Ticiania, servidora do Centro de Formação dos Servidores. Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho para tratar das pautas relacionadas ao projeto. Ticiania ficou responsável por verificar a possibilidade de inclusão de recursos no orçamento para o ano de 2026, visando viabilizar a implementação de bolsas acadêmicas vinculadas ao projeto, que seguirá em desenvolvimento paralelo até a definição orçamentária. Dandara destaca que a expectativa é lançar a iniciativa em março. Débora sugeriu, alternativamente, a data de 11 de fevereiro, que é celebrado o Dia Internacional das Meninas e Mulheres na Ciência, como oportunidade simbólica para o lançamento, caso oportuno. Dandara informa que é necessário aguardar o retorno da Ticiania quanto sobre a possibilidade de remanejamento de recursos já existentes, considerando que o Tribunal já oferta bolsas de mestrado e doutorado, das quais algumas estariam ociosas. O objetivo é, portanto, realocar tais bolsas, evitando a criação de novas despesas.
- Daniela informou no grupo do WhastAapp que a professora Juliana Diniz enviou a proposta para o exercício de 2026 para o Promojud, Débora sugere pensar e ser presencial ou híbrido.
- No decorrer da reunião, as membras do Comitê deliberaram sobre a necessidade de considerar outras propostas de nomes para o Clube de Leitura Esperança Garcia, com o objetivo de evitar a limitação a uma única opção. Foram mencionados os nomes das professoras Ana Paula Brandão, Socorro Accioly e Izabel Accioly como possíveis referências para a sugestão de novos nomes. Des. Ângela sugeriu a elaboração de uma carta-convite destinada às professoras mencionadas, a fim de solicitar propostas para o nome do clube, que serão posteriormente avaliadas para identificação da melhor proposta. Daniela e Kassia serão responsáveis por entrar em contato com as professoras citadas, bem como por solicitar uma proposta comercial referente à realização do Clube de Leitura.
- Débora apresentou a proposta de realização, no primeiro semestre de 2026, de um curso sobre letramentos de gênero, com carga horária aproximada de 20 horas, ministrado por uma profissional externa, a professora Ana Rita Fontenele, da Universidade Federal do Ceará (UFC), curso de História, que aborde sobre questões de gênero, o qual poderia enriquecer significativamente o conteúdo oferecido. A proposta consiste em um curso teórico que abordaria as bases conceituais necessárias para embasar a aplicação do protocolo, tendo em vista o fortalecimento teórico dos servidores. O Comitê ficou responsável por analisar a viabilidade da proposta, e posteriormente, a mesma será encaminhada à ESMEC para manifestação quanto à sua aprovação. Débora solicitou que fosse realizado um levantamento dos temas relevantes para compor o programa do curso, o qual já foi encaminhado pela professora Ana Rita propostas do programa, contemplando oito módulos. Débora

apresentou ao Comitê para avaliação os referidos módulos, abordando os temas: 1- O feminismo e suas lutas, da luta pelos direitos civis aos direitos sexuais e produtivos; 2- A luta pela cidadania das mulheres e a história de um paradoxo debates sobre a desigualdade e a diferentes; 3- Feminismos negros e decoloniais, 4- Feminismo trans; 5- Feminismo é para todos, masculinidades, tensionamento e transformações; 6- Violência de gênero e debate feminista; 7- Quem tem medo do gênero? Impactos dos debates da desigualdade da educação a política e 8- Questões de gênero na contemporaneidade e os desafios para a aplicação da justiça.

- Dandara manifestou apoio à iniciativa, sugerindo que o Comitê avance no lançamento de um novo projeto relacionado ao tema. Débora esclareceu que essa era, de fato, a intenção. Ressaltou ainda que a carga horária inicialmente proposta pela professora Ana Rita, de 32 horas, foi considerada extensa pela Rosângela, da Esmec, que sugeriu sua redução para aproximadamente 20 horas.
- Durante a reunião, Daniela explicou que elaborou quatro ofícios referentes às seguintes contratações: um palestrante para o evento do Dia das Mães; um palestrante para o Dia da Mulher; quatro palestrantes para a trilha de masculinidade do ano de 2026; e a aquisição de kits de livros para distribuição às diretorias do interior. Tais ofícios representam os documentos iniciais de formalização da demanda para as respectivas contratações. Esclareceu, ainda, que, após a análise e aprovação destes documentos, serão elaborados os demais documentos necessários, como estudos preliminares, para que as contratações possam ser efetivamente realizadas. Débora sugere a possibilidade de convidar a professora Ana Rita para ministrar uma palestra, além da realização de um curso de 20 horas na ESMEC, com utilização de recursos do PROMOJUD, para aprofundamento dos temas tratados.
- Débora retomou a discussão acerca da ASCOM, propondo a formação de uma comissão reduzida para tratar do assunto de forma mais detalhada. O objetivo é que essa comissão trabalhe na elaboração e aprovação preliminar das propostas, a serem posteriormente apresentadas ao Comitê para avaliação final. Dra. Giselli acha importante que o grupo eleja uma pessoa que o Comitê repasse as demandas e pessoa escolhida possa ficar em contato com ASCOM, a fim de facilitar a comunicação. Ficou definida a composição da comissão com as membras Débora, Jucélia e Valesca, cabendo à Dra. Ana Cristina a aprovação final dos trabalhos desenvolvidos, sugerido pela Des. Ângela.
- Livia sugeriu que a servidora Valesca participe de todos os grupos de trabalho, de modo a manter a comunicação integrada com a ASCOM. No entanto, propôs-se que a aprovação dos materiais (textos e artes) seja feita pelos grupos específicos responsáveis por cada eixo, reduzindo, assim, o fluxo de análise do grupo principal do Comitê. Na sequência, a Dra. Giselli sugeriu que as demandas de comunicação (cores, imagens, etc.) sejam encaminhadas pelos grupos diretamente à ASCOM, ficando esta responsável pela análise técnica. Após essa análise, os materiais retornariam aos grupos de eixo para aprovação final. Livia reforça que Valesca continuaria sendo o elo entre o comitê e a ASCOM. No fluxo sugerido, por exemplo, um texto seria enviado inicialmente à Valesca, que o repassaria à ASCOM para análise. Após esse

trâmite, o material seguiria para aprovação final diretamente pelo grupo de eixo correspondente, conferindo autonomia a esses grupos. Dra. Giselli acrescentou que, considerando que a ASCOM já faz uma análise criteriosa, o papel dos grupos de eixo seria apenas validar (dar o "ok") final sobre os materiais. Desa. Ângela manifestou concordância parcial, mas ressaltou a preocupação com a possível dispersão da comunicação entre múltiplos grupos. Sugeriu, portanto, que ao invés de delegar a aprovação final aos grupos de eixo, fossem designadas três pessoas focais Débora, Jucélia e Valesca, sob a coordenação da Dra. Ana Cristina. Essas três pessoas centralizariam a validação de todas as demandas de comunicação oriundas dos diversos eixos, garantindo maior uniformidade e agilidade no processo, evitando a fragmentação da comunicação e promoverá maior clareza e eficiência nos trâmites internos do Comitê.

- Ficou definido que as reuniões serão realizadas por eixos. A Dandara reforça que a reunião mensal fixa do Comitê ficará agendada para as sextas-feiras, enquanto os grupos dos eixos se reunirão conforme necessário. As decisões e avanços obtidos nos encontros dos eixos serão posteriormente apresentados na reunião mensal.
- Débora levantou a questão referente à necessidade de autorização por parte das chefias imediatas das unidades onde as servidoras estão lotadas, para que estas possam participar das reuniões, eventos e palestras relacionadas ao Comitê. Em resposta, Desa. Ângela sugeriu a elaboração de um ofício circunstanciado a ser encaminhado a todas as chefias, contendo uma breve exposição de motivos, anexando a Resolução que instituiu o Comitê, bem como a Portaria que nomeou suas membras, solicitando o apoio e a compreensão das chefias para a liberação das servidoras nas datas das reuniões mensais e dos eventos pertinentes. Dra. Giselli manifestou concordância com a proposta, acrescentando que considera importante que o ofício deixe claro o que se espera das servidoras em termos de métricas e resultados, bem como a realização das reuniões mensais, especificando que elas ocorrem uma vez por mês, às sextas-feiras, e, se possível, apresentando uma programação prévia, a fim de justificar a participação nas atividades do Comitê. Kássia sugere uma abordagem mais institucional, ressaltando que isso pode conferir maior legitimidade às ações desenvolvidas, assim como ampliar a autonomia e liberdade do grupo para atuar. Salienta a importância de posicionar o Comitê de forma institucional, destacando que o trabalho desenvolvido é em benefício do Tribunal, o que pode auxiliar a reduzir a percepção de que se trata de uma atividade paralela ou voluntária. Ela enfatiza que a institucionalização do Comitê contribuirá para que as chefias compreendam a existência e a relevância das comissões e núcleos internos, assim como o caráter temporário da participação dos servidores, garantindo respaldo e continuidade para futuras gestões. Dandara sugere que seja realizada uma formalização do calendário de reuniões, para que haja um documento oficial que possa ser apresentado às chefias, evitando que a Portaria vigente fique isolada, sem comunicação efetiva com as chefias imediatas.
- Débora apresenta a proposta do calendário de atividades para o ano de 2026, fundamentado no calendário previamente construído em conjunto pelo Comitê. Destacou a importância de repetir algumas datas e manter o formato de ações já

adotado. Ressalta a necessidade de definir o encaminhamento adequado para a aprovação e divulgação desse calendário, sugerindo o envio para a ASCOM em janeiro e será necessário uma prévia com o objetivo de ajudar na organização.

- Des. Ângela propôs a produção de um vídeo institucional, no qual todas as membras do Comitê possam se apresentar brevemente, com o objetivo de fortalecer a visibilidade e o reconhecimento.
- Para o mês de novembro, em alusão a saúde masculina, sugere-se uma Roda de Conversa sobre a saúde do homem, sendo proposto uma parceria com o setor médico do Tribunal, bem como o psicólogo Xavier ou Lívia para compor a Roda de Conversa.
- Débora retoma o tema relacionado à trilha de masculinidade, mencionando a ideia previamente discutida de lançamento de cards com mensagens como “Isso é coisa de homem”; “Cuidar das filhas também é coisa de homem”. Débora questionou se ainda vale a pena dar continuidade a essa proposta em parceria com a ASCOM.

4. Compromissos gerados

Compromisso	Prazo	Responsável
Solicitar inscrição da Daniela no INOVARE		Desa. Ângela
Palestrantes de 2026		Daniela, Débora e Kássia
Contato com as professoras, bem como por solicitar uma proposta comercial referente à realização do Clube de Leitura.		Daniela, Débora e Kássia
Informações sobre o fluxo acerca do Protocolo de Julgamento com perspectiva de Gênero		Dra. Giselli e Dra. Kayrena
Solicitação de arte de marca-livro a serem entregues nos eventos do Comitê		Daniela

Itens necessários para Palestra Crato e Fortaleza – Link teams, solicitar arte para tela e telão, roteiro		Valesca
Elaboração de ofício informando a realização das reuniões mensais, eventos do Comitê às chefias imediatas.		Dandara
Contatar o setor médico do Tribunal para verificar disponibilidade de profissionais para o evento do mês de novembro - saúde do homem - articulação para novembro		Lívia e Rosane

5. Aprovações

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos ou correções, deverão ser enviadas até o dia 22/09/2025. Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, conseqüentemente, aprovando a ata.